Publicada no BG n° 041, de 28 de fevereiro de 2011

Revogada pela Portaria nº 26, de 10 de agosto de 2017. Publicada no BGº 153, de 11 de agosto de 2017)

PORTARIA DE REESTRUTURAÇÃO DO BOLETIM RESERVADO COMO ANEXO

Portaria nº 15, de 23 de fevereiro de 2011.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7° do Decreto Federal n° 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei n° 8.255, de 20 nov. 1991, que trata da organização básica do CBMDF, e ainda:

Considerando a necessidade de atualizar, padronizar e otimizar os procedimentos relativos à competência para publicação de notas e para acesso ao boletim reservado da Corporação, bem como relativos à sua estruturação e à sua confecção;

Considerando a responsabilidade que detêm as autoridades do CBMDF pelos atos e informações publicados no boletim reservado da Corporação;

Considerando a alteração da estrutura organizacional do CBMDF ditada pelos Decretos Federal nº 7.163, de 29 abr. 2010; e nº 31.817, de 21 jun. 2010, os quais regulamentam, respectivamente, o art. 10-B, incisos I e II, da Lei nº 8.255, de 10 nov. 1991, que trata da organização básica do CBMDF;

Considerando a natureza e a peculiaridade do veículo de difusão oficial dos atos de caráter sigiloso da Corporação, denominado Boletim Reservado;

Considerando o fato de que a segurança dos atos e informações publicados no boletim reservado é o elemento fundamental para que a administração bombeiro militar paute por critérios e procedimentos capazes de atender a esse importante requisito, tudo com vistas ao bom andamento do serviço da Instituição, resolve:

TORNAR PÚBLICO, como anexo 4 ao presente boletim, a Portaria nº 15, de 23 fev. 2011, que reestrutura o Boletim Reservado da Corporação e define as competências e condutas para publicação das matérias.

Em consequência, todos os segmentos da Corporação tomem conhecimento e as providências necessárias.

MÁRCIO DE SOUZA MATOS — Cel. QOBM/Comb.

Comandante-Geral

Anexo 4

PORTARIA DE REESTRUTURAÇÃO DO BOLETIM RESERVADO

Portaria nº 15, de 23 de fevereiro de 2011.

Reestrutura o Boletim Reservado do CBMDF, define competências e condutas para publicação de matérias e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7° do Decreto Federal n° 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei n° 8.255, de 20 nov. 1991, que trata da organização básica do CBMDF, resolve:

- Art. 1° Reestruturar o Boletim Reservado do CBMDF e definir as competências e condutas para publicação de matérias no mesmo, conforme os ditames desta Portaria.
- Art. 2° O Boletim Reservado é o veículo de divulgação oficial da Corporação, classificado quanto ao grau de sigilo como "Reservado", por meio do qual o Comandante-Geral e demais autoridades Bombeiro Militar (BM) constituídas tornam públicas as suas ordens, decisões e informações relacionadas com o serviço administrativo ou operacional, cuja natureza exija tratamento diferenciado e dirigido a determinados segmentos da Corporação, para conhecimento dos diversos círculos hierárquicos, da maneira que se segue:
 - I Para o Círculo de Oficiais BM:
 - a) Superiores toda e qualquer matéria publicada;
- b) Intermediários toda e qualquer matéria publicada, exceto as de natureza disciplinar ou judicial inerentes ao círculo hierárquico dos Oficiais Superiores;
- c) Subalternos toda e qualquer matéria, exceto as de natureza disciplinar ou judicial inerentes ao círculo hierárquico dos Oficiais Superiores ou Intermediários.
- II Para o Círculo de Praças Especiais, Subtenentes e Sargentos BM, somente quando tratar-se de alterações relacionadas com justiça e disciplina envolvendo integrante(s) dos respectivos círculos hierárquicos, quais sejam:
- a) aplicação de meios corretivos e educativos (punição, licenciamento e exclusão disciplinar);
- b) comunicados ou notícias de envolvimento em ocorrências de ordem policial;
- c) prisão preventiva em virtude de Inquérito Policial Militar instaurado ou de flagrante delito; denúncia em processo crime; condenação judicial;
- d) condenação à pena de suspensão de exercício de graduação, cargo ou função, previsto no Código Penal Militar:
- e) comparecimento para prestar depoimento ou declaração por solicitação de autoridade pública competente.
 - Art. 3° O Boletim Reservado será estruturado em Corpo e Suplementos.
- § 1º O Corpo do Boletim Reservado conterá matérias de interesse geral dos oficiais e será divido da seguinte forma:
 - I 1ª Parte: Serviço;
 - II 2ª Parte: Ensino e Instrução;
 - III 3ª Parte: Assuntos Gerais e Administrativos;
 - IV 4ª Parte: Justica e Disciplina.
- **§ 2º** Os suplementos conterão publicações referentes a cada círculo hierárquico, de modo a não prejudicar o tratamento das alterações relacionadas com justiça e disciplina inerentes a oficiais, pelo que não poderão ser publicadas em desrespeito ao estabelecido no inciso I, letras"a", "b" e "c" do artigo anterior.
- § 3º Quanto aos suplementos a que se refere o parágrafo anterior, o Boletim Reservado contará com:
- I um suplemento para publicação de matérias restritas ao conhecimento do círculo hierárquico de Oficiais Superiores;
- II um suplemento para publicação de matérias restritas ao conhecimento do círculo hierárquico de Oficiais Intermediários;
- III três suplementos, nos quais constarão as alterações alusivas à justiça e disciplina envolvendo as Praças Especiais (Aspirante-a-Oficial, Cadetes do 1º, 2º e 3º ano

- do Curso de Formação de Oficiais BM) e os Subtenentes e Sargentos, na forma estabelecida no inciso II, do art. 2º, desta Portaria, a saber:
- a) um suplemento para circulação de matérias referentes aos Aspirantes a Oficial;
 - b) um suplemento para circulação de matérias referentes aos Cadetes;
- c) um suplemento para circulação de matérias referentes ao círculo hierárquico de Subtenentes e Sargentos.
- § 4º As matérias restritas ao conhecimento do círculo hierárquico de Oficiais Subalternos, quando se tratar de alterações relacionadas com justiça e disciplina, serão publicadas na 4ª Parte do Corpo do Boletim Reservado.
- **§ 5º** As Praças Especiais, Subtenentes e Sargentos não terão acesso às publicações contidas no Corpo do Boletim Reservado.
- Art. 4º O Comando do Centro de Inteligência, em harmonia com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, estabelecerão os procedimentos técnicos e as Políticas de Segurança para o acesso ao Boletim Reservado via Intranet do CBMDF.
- Art. 5º A edição do Boletim Reservado se fará a qualquer tempo, considerando a necessidade e o volume de matérias a serem publicadas.
- Art. 6º O original do Boletim Reservado será assinado pelo Comandante do Centro de Inteligência (ou pelo substituto legal).
- Art. 7° As unidades ou autoridades que necessitem de cópias dos boletins reservados para instruir processos administrativos ou para outras finalidades, deverão solicitá-las formalmente junto ao Comando do Centro de Inteligência (CI).
- Art. 8º Poderão ser publicadas no Boletim Reservado as seguintes matérias: I – decisões, ordens ou determinações do Comandante-Geral, mesmo que já tenham sido executadas:
- II decisões, ordens ou determinações das autoridades do CBMDF, no âmbito de suas circunscrições;
 - III alterações funcionais ou as relativas a materiais ou bens patrimoniais;
 - IV alterações relativas a material bélico (armamento) e motomecanização;
- V disposições gerais de interesse do serviço (portarias, decisões judiciais e outros), indicando, quando possível, o veículo de divulgação ou que obteve publicação;
- VI notas de aplicação de punições disciplinares, decorrentes de apuração regular de atos e fatos contrários à Disciplina Militar;
- VII diante da conveniência administrativa, notas sobre aplicação de punições disciplinares a Oficiais, Subtenentes e Sargentos de outras Corporações, quando matriculados em cursos ou estágios ministrados pela Instituição, na forma do direito:
- VIII assuntos que devam ser publicados, em caráter sigiloso, por força de regulamentação ou disposições legais em vigor.
- Parágrafo único. Notas de aplicação de punições disciplinares, decorrentes de apuração regular de atos e fatos contrários à Disciplina Militar praticados diante da tropa ou que sejam de conhecimento geral, poderão, por decisão ou autorização do Comandante-Geral, ser publicados no Boletim-Geral.

Art. 9° Não será publicado no Boletim Reservado:

- I assunto de cunho pessoal e de autopromoção, ou alheio ao serviço:
- II informativo ou assunto que contenha conotação político-partidária, ou que possa assim ser interpretado;
- III ato ou informativo oriundo de associações, entidades ou agremiações dos diversos círculos hierárquicos da Corporação ou de outra instituição militar, exceto os de interesse do CBMDF e por determinação ou autorização do Comandante-Geral.
- Art. 10 São competentes para publicar matérias no Boletim Reservado os titulares dos seguintes cargos da Corporação:
 - I Comandante-Geral:
 - II Subcomandante-Geral:
 - III Chefe do Estado-Maior-Geral;
 - IV Controlador;
 - V Chefes de Departamentos;
 - VI Chefe de Gabinete do Comandante-Geral;
 - VII Ajudante-Geral;
 - VIII Comandante Operacional;
- IX o Auditor, o Corregedor, o Ouvidor e o Comandante do Núcleo de Custódia, na prática dos atos administrativos e dentro de sua competência regulamentar;
- X o Comandante do Centro de Inteligência, na prática dos atos administrativos e dentro de sua competência regulamentar;
- XI o Comandante do Centro de Comunicação Social, na prática dos atos administrativos e dentro de sua competência regulamentar;
- XII os Diretores, o Subcomandante Operacional, o Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional e o Comandante do Comando Especializado, na prática dos atos administrativos e dentro de sua competência regulamentar.
- Art. 11 As notas de boletim reservado (NBR) deverão ser confeccionadas e numeradas pelos respectivos órgãos que as produziram, mesmo que o ato, texto ou assunto sejam para assinatura ou decisão do Comandante-Geral, conforme os exemplos seguintes:
 - I NBR n° 35/2011-CEMEV/DIREN;
 - II NBR n° 03/2011-SEMOPRO/DGP:
 - III NBR n° 277/2011-SEJUDIS/AREA III.

Parágrafo único. Uma nota de boletim poderá conter mais de um ato especificado por itens, com um enquadramento geral e os enquadramentos específicos.

- Art. 12 As autoridades constantes do art. 10 desta Portaria deverão adotar os procedimentos abaixo para publicação de matérias de interesse de seus respectivos órgãos:
- I gerenciar todas as matérias ou notas de interesse da Corporação ou dos órgãos que lhes são diretamente subordinados para publicação, salvo outros, conforme norma de comunicação administrativa oficial: despachos, instruções, ordens de serviços, soluções, editais, devendo-se ter controle numérico ou controle por data, conforme a natureza do ato:
- II atentar para o Manual de Redação Oficial do CBMDF e, no que couber, às Normas de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal, e às do Governo Federal:
- III encaminhar as matérias, inclusive os anexos, por meio digital para o endereço eletrônico ci.nbr@cbm.df.gov.br e ainda uma via original deverá ser entregue ao protocolo interno da Secretaria do Centro de Inteligência, enquanto não houver o uso de alguma tecnologia de controle digital.

- Art. 13 Caberá ao Centro de Inteligência adotar os seguintes procedimentos:
- I Comandante do Centro de Inteligência:
- a) exercer o controle das matérias para publicação, em observância às disposições legais e atribuições pertinentes;
 - b) assinar a via original do boletim reservado.
 - II Secretário do Centro de Inteligência:
- II Chefe da Seção de Apoio Administrativo: (Nova redação dada pela portaria nº 52, de 17 de outubro de 2012)
- a) providenciar para que sejam recebidas somente as notas de boletim e as matérias que coadunem com os ditames desta Portaria;
- b) providenciar a remessa ao órgão pertinente, ou mesmo a devolução ao órgão de origem para os devidos fins, das notas de boletim reservado que necessitarem de quaisquer correções quanto ao enquadramento, à formatação e ao teor;
- c) verificar se as matérias a serem publicadas cumprem o estabelecido na presente Portaria;
 - d) conferir e assinar o Boletim Reservado.

Art. 14 Serão observadas, ainda, as seguintes condições:

- I as matérias enviadas para publicação serão distribuídas nas edições do Boletim Reservado, obedecendo a ordem cronológica de entrada no órgão, a necessidade do serviço, e a prioridade no tratamento;
- II a transcrição de textos constantes de processos ou quaisquer outros documentos deverá ser feita pelo órgão que enviar a matéria.
- Art. 15 Incumbe aos órgãos com competência para produzir matérias, bem como aos bombeiros militares envolvidos na produção de notas de boletim reservado, no envio, no recebimento, na conferência, na análise e confecção do Boletim Reservado, a discrição em relação aos assuntos ali abordados, de modo a evitar divulgação antecipada e infringência às regras legais quanto ao sigilo, com isto, preservando-se a disciplina e a correção no serviço.
- Art. 16 O gerenciamento do acervo físico para armazenamento e consulta dos exemplares dos Boletins Reservados (BRs) da Corporação deverá observar as normas e instruções relacionadas com a preservação, manipulação e disponibilização das informações bombeiro-militares classificadas por restrição de acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado, conforme o § 2º, do Art. 23, da Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.
- Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogandose as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 5, de 26 de janeiro de 2004.

MÁRCIO DE SOUZA MATOS — Cel. QOBM/Comb. Comandante-Geral